

ATA NÚMERO 117/XII/2ª SL

19.março.2013 – 15h00

Aos 19 dias do mês de março de 2013, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 08, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de ata

3. Comunicações do Presidente

4. Audiência à Federação Nacional de Cooperativa de Solidariedade Social – FENACERCI – 15h00

5. Petição n.º 241/XII/2ª da iniciativa de Luis Pereira de Quintanilha e Mendonça Dias Torres Magalhães que “Solicitam a não integração da Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN) na Fundação para a Ciência e a Tecnologia, IP (FCT)” 16h00

- Audição dos Peticionários
- **Deputado Relator:** Miguel Tiago – PCP

6. Projeto de Lei n.º 363/XII, do PS, que Reforça a representação das organizações de juventude no Conselho Económico e Social (5.ª Alteração à Lei n.º 108/91, de 17 de Agosto)

- **Apresentação e discussão do Parecer**
- **Deputado autor do parecer:** Luís Fazenda-BE

7. Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2013.

- **Apresentação e discussão do Parecer**
- **Deputado Autor do Parecer:** Miguel Tiago-PCP

8. Projeto de Resolução 597/XII (PCP) - Elaboração de Um Relatório anual sobre abandono escolar e empréstimos bancários no Ensino Superior

- **Discussão**

9. Projeto de Resolução 627/XII (BE) - Criação de um regime de exceção à Lei dos Compromissos para os Laboratórios de Estado, Laboratórios Associados e Unidades de Investigação.

- **Discussão**

10. Outros assuntos

11. Data da próxima reunião

Dia 20.março.2013 - 11h00

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

O Sr. Presidente da Comissão submeteu à consideração dos presentes a inclusão, na Ordem do Dia, da discussão do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, para audição do Director Geral da Artes, para prestar esclarecimentos sobre as razões do novo atraso na atribuição de apoios e para fazer um balanço geral sobre os procedimentos concursais inerentes à política de apoio às artes. Esta proposta foi aceite por unanimidade.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) solicitou o adiamento do ponto 7, relativo à apresentação e discussão do parecer do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2013, o que foi aceite.

Com estas alterações, a Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

2. Aprovação de ata

A ata da reunião anterior foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

3. Comunicações do Presidente

3.1. O Sr. Presidente referiu-se à necessidade de fixar o calendário de apreciação, na especialidade, da Apreciação Parlamentar n.º 44/XII (PCP) - Decreto-Lei n.º 7/2013, de 17 de janeiro, "Estabelece um regime excecional para a seleção e o recrutamento do pessoal docente dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário na dependência do Ministério da Educação e Ciência", tendo sido deliberado o seguinte:

- ✓ 22.março - prazo para apresentação de propostas de alteração pelos Grupos Parlamentares;
- ✓ 25.março - distribuição do mapa comparativo;
- ✓ 26.março – discussão e votação na especialidade.

3.2. O Sr. Presidente fez referência à iniciativa que está a ser organizada pela Assembleia da República, alusiva ao Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, que é este ano dedicado ao tema Património + Educação = Identidade. Esta iniciativa, que surge na sequência do convite da Direção-Geral do Património Cultural, terá lugar no dia 18 de abril.

A Comissão deliberou associar-se, tendo designado a Sra. Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD) para proceder à articulação com o Museu e a CIC-RP, que apresentaram uma proposta de realização do evento subordinado ao tema "Educar para o Património no Palácio de S. Bento".

3.3. O Sr. Presidente referiu que foi pedido ao Secretário de Estado da Cultura o relatório sobre o estado do património cultural em Portugal, em cumprimento do disposto na [Lei 107/2001](#) - Proteção e Valorização do Património Cultural.

Em resposta, o respetivo gabinete informa que o universo em causa é muito amplo e diversificado, incluindo bens da responsabilidade do Estado e das autarquias locais e bem assim que não está regulamentada a norma em causa, pelo que não está claramente definido o âmbito do relatório.

Em relação ao património arquitetónico e arqueológico, propriedade do Estado, informam que será possível fornecer o relatório sobre a sua situação até ao final do ano em curso.

No que respeita aos imóveis classificados de âmbito nacional, informam que não é possível executar o relatório com os meios existentes nesta altura.

Quanto ao estado de conservação do património cultural, indicam que deverão ser os municípios a prestar a informação à Comissão.

Remeteram ainda um CD com as fichas respeitantes a vários bens classificados.

Interveio, de seguida, a deputada Inês de Medeiros (PS), estranhando que não tenha sido possível enviar a informação, pelo menos no que respeita aos bens classificados, realçando que são mais de 3.000. O Presidente da Comissão equacionou ainda pedir-se informação, a título de inventário, a todos os municípios, em relação ao estado de conservação do património cultural.

Nesta sequência, foi consensualizado responder ao Secretário de Estado da Cultura que a Lei do Património teve origem numa Proposta de Lei do Governo, que já incluía a norma sobre a remessa do relatório e por outro lado a Lei estabelece que o seu desenvolvimento será feito pelo Governo, incluindo a definição do âmbito do relatório. Indicar-se-á ainda que se aguarda a remessa, até ao final do ano, do relatório respeitante ao património arquitetónico e arqueológico, propriedade do Estado. Por último, foi acordado solicitar aos municípios a informação acima referida.

- 3.4. O Presidente deu conta do pedido de audiência da Associação Portuguesa de Geólogos, sobre a aprovação de um diploma de criação de uma associação pública profissional dos geólogos portugueses, tendo-se acordado remeter o pedido para a Comissão de Segurança Social e Trabalho.
- 3.5. Foi prestada informação sobre a distribuição dos relatórios da visita ao Instituto Pedro Nunes, em Coimbra, integrada no Programa da Ciência e bem assim da audiência concedida a representantes da Escola Secundária de Camões, não se tendo verificado intervenções. No que respeita à Escola, o Presidente da Comissão informou que o relatório da audiência será remetido ao Ministro da Educação e Ciência.
- 3.6. Foi apreciado o programa final da Audição dos Laboratórios Associados, agendada para o dia 22 de março, a partir das 14h30, na Sala do Senado, não se tendo registado quaisquer observações. A audição conta com 52 inscritos, terminando o prazo para inscrições no dia 20.
- 3.7. Foi apreciado o programa final da Conferência - *Reflexão sobre os currículos de ensino profissional na escola pública*, agendada para o dia 3 de abril, a partir das 09h30, no auditório do Novo Edifício, não se tendo registado quaisquer observações.
- 3.8. O Presidente da Comissão informou que a última audição regimental do Secretário de Estado do Desporto e Juventude estava agendada para 4 de junho, mas para esse dia foi marcada a visita ao Geoparque Naturtejo, em Vila Velha de Rodão, dia do aniversário do Geoparque, pelo que em alternativa se propõe que a audição regimental seja no dia 5 de junho (4.ª feira), às 10h. Não tendo havido oposição, foi aceite a alteração e vão ser feitas as comunicações respetivas.

4. Audiência à Federação Nacional de Cooperativa de Solidariedade Social - FENACERCI - 15h00

Estiveram presentes, em representação da FENACERCI: Julieta Sanches, Rogério Cação, Rosa Maria Neto e Joaquim Pequicho.

Os representantes da FENACERCI apresentaram um conjunto de preocupações com que se debatem as Cooperativas de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados (CERCI), relativas às valências da Educação Especial e aos Centros de Recursos para a Inclusão (CRI's).

Manifestaram a sua concordância em relação ao paradigma da escola inclusiva, entendendo, no entanto, que este modelo deve evoluir de “uma escola para todos” para “uma escola à medida de cada um”, dada a necessidade de responder às capacidades específicas de cada aluno e de cada família.

Do conjunto das preocupações, destacaram as seguintes:

- As Escolas de Educação Especial, apesar de constituírem uma realidade residual, devem dispor de todas as condições pedagógicas, técnicas e financeiras enquanto se mantiverem, de forma a garantir a sua estabilidade e sustentabilidade. É fundamental que se defina se estas escolas serão ou não extintas, no final do presente ano letivo, e que sejam salvaguardadas todas as condições necessárias à transferência dos alunos.
- Os Centros de Recursos para a Inclusão (CRI's) têm promovido culturas escolares propícias a uma aprendizagem eficaz, através de equipas multidisciplinares que apoiam a inclusão das crianças e jovens com necessidades educativas especiais. Persistem, no entanto, algumas disfuncionalidades, que resultam da ausência de uma definição clara da missão e do funcionamento dos CRI's. O modelo de funcionamento e financiamento carece, pois, de clarificações urgentes, no sentido de aumentar a sua eficácia e qualidade.
- A inexistência de respostas de apoio aos alunos com necessidades educativas especiais na transição para a vida ativa ou adulta constitui outra das preocupações. O problema é atualmente agravado pelo facto de não existirem vagas de apoio ocupacional, o que deixa sem apoio um número considerável de jovens que atingem a idade limite da escolaridade obrigatória.
- O alargamento da escolaridade obrigatória exigiu o redimensionamento da resposta educativa e formativa a alunos com necessidades educativas especiais. A formulação da Portaria 275-A/2012 foi, no seu entender, pouco feliz, pelo que propõem que seja clarificado o seu conteúdo e o modo de aplicação, nomeadamente no que se refere ao papel decisório da família, à flexibilidade da proposta curricular e ao processo de individualização das abordagens educativas e formativas.
- Para os jovens com deficiência que completam o ciclo obrigatório, esgotam-se as oportunidades de educação e aprendizagem ao longo da vida. Neste sentido, entendem que é fundamental que se continue a garantir a estas pessoas oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento pessoal.

Interveio, de seguida, a Sra. Deputada Margarida Almeida (PSD), que se referiu ao trabalho que está a ser desenvolvido pelo Grupo de Trabalho da Educação Especial e questionou os presentes sobre os contributos que as CERCI's poderão oferecer para colmatar alguns dos problemas que se registam nesta área.

O Sr. Deputado Jacinto Serrão (PS) referiu-se à necessidade de o Estado assegurar as condições que garantam o respeito dos direitos fundamentais das crianças e dos jovens e fez alusão às potencialidades do Decreto-Lei n.º 3/2008 e ainda à importância da educação não formal.

A Sra. Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) colocou algumas questões, designadamente sobre a forma como avaliam a articulação dos CRI's com as escolas, sobre eventuais problemas resultantes da sua dupla tutela, sobre as correções que propõem em relação à

Portaria n.º 275-A/2012, sobre a sua participação no ensino profissional e ainda sobre a eventual resposta dos Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP) às necessidades nesta área.

O Sr. Deputado Pedro Filipe Soares (BE) perguntou se as restrições afetam e restringem a ação dos CRI's, se a falta de regulamentação do Decreto-Lei n.º 3/2008 impede que sejam potenciados e solicitou ainda propostas em relação à questão da transição para a vida ativa.

Respondendo às questões, os representantes da FENACERCI afirmaram que as CERCI's estão limitadas na sua ação, no pós-escola, devido à falta de meios. Consideraram também que o Decreto-Lei n.º 3/2008 é um bom instrumento que carece, no entanto, de ajustamentos. Referiram-se ainda à assimetria na distribuição dos recursos ao longo do País e à redução de apoios, sem qualquer base técnica ou pedagógica.

Mencionaram as desvantagens da Portaria n.º 275-A72012, nomeadamente no que se refere à rigidez da proposta curricular e à não intervenção dos pais no processo de escolha e consideraram que os alunos devem permanecer nas escolas, caso estas disponham de condições.

Referiram-se aos problemas sistemáticos com as Direções Regionais sobre a aplicação de critérios e defenderam que os CRI's devem ser entendidos como parceiros. Por último, fizeram alusão à importância de os CQEP oferecerem respostas especializadas para os alunos com necessidades educativas especiais.

A documentação da audiência, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

5. Petição n.º 241/XII/2ª da iniciativa de Luis Pereira de Quintanilha e Mendonça Dias Torres Magalhães que “Solicitam a não integração da Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN) na Fundação para a Ciência e a Tecnologia, IP (FCT)” **16h00**

Em representação dos peticionários estiveram presentes os professores doutores Luís Magalhães, Carlos Salema, João Sentieiro.

Os peticionários fizeram uma síntese das diligências que efetuaram após tomarem conhecimento, pela comunicação social, da decisão do Governo de integrar a Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN) na Fundação para a Ciência e a Tecnologia, IP (FCT), decisão que consideram irracional, estranha e insólita.

Com a presente Petição, que em apenas duas semanas recolheu 7636 assinaturas, pretendem que a FCCN seja mantida como entidade privada de utilidade pública, na forma de Fundação, ou, em alternativa, se tal for considerado preferível, na forma de associação sem fins lucrativos, cujos associados sejam a FCT e instituições científicas, universitárias e politécnicas.

Referiram-se à unanimidade que existe em torno desta questão, no seio da comunidade científica, e lamentaram que o Governo persista nesta solução, sem qualquer consulta pública.

Realçaram que a FCCN gere uma sofisticada rede eletrónica de comunicações, fornecendo um leque alargado de serviços informáticos avançados, essenciais para o sistema científico, universidades e politécnicos nacionais, e consideraram que estes serviços não são compatíveis com os serviços administrativos. Afirmaram ainda que a integração põe em risco a manutenção do prestígio e da qualidade dos serviços que presta e pode gerar substanciais aumentos de custos.

Intervio, de seguida, a Sra. Deputada Isilda Aguincha (PSD), que se referiu à preocupação quanto à sustentabilidade financeira da FCCN e afirmou que aguarda as deliberações relativas à constituição da associação que fará a gestão do domínio Portugal.pt.

O Sr. Deputado Rui Jorge Santos (PS) manifestou a sua preocupação em relação ao desaparecimento da FCCN, enquanto entidade autónoma, e questionou os petiçãoários sobre os fundamentos para tal decisão. Afirmou ainda que o PS vai pedir a apreciação do Decreto-Lei.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) fez referência à resposta enviada pelo Presidente da FCT, que refere as atribuições da FCT, desde 2011, e questionou os petiçãoários sobre as perdas concretas da missão da FCCN decorrentes da integração.

O Sr. Deputado Pedro Filipe Soares (BE) fez alusão ao Projeto de Resolução apresentado pelo BE sobre esta matéria e considerou incompreensível que se extinga uma instituição unanimemente reconhecida pela sua eficiência, qualidade e prestígio, desbaratando, desta forma, o investimento ali realizado.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) referiu-se ao Projeto de Resolução que o PCP apresentou sobre esta temática, que foi rejeitado e, em relação ao pedido de apreciação parlamentar anunciado pelo PS, afirmou que lhe suscita algumas dúvidas a possibilidade de intervenção em leis orgânicas dos ministérios. Solicitou ainda a posição dos petiçãoários quanto a uma eventual integração do CRUP, do CCISP, da FCT e dos Conselhos Científicos dos Laboratórios do Estado na associação de direito privado, caso venha a ser criada.

Os petiçãoários afirmaram desconhecer as razões que terão levado a esta tomada de decisão. Consideraram ainda que, para além de se perder uma instituição eficaz e eficiente, em termos de custo/benefício, preveem dificuldades de gestão desta instituição com as regras da Administração Pública. Entendem ainda que a integração não assegura a sustentabilidade da qualidade dos serviços.

Pronunciaram-se ainda em relação à proposta apresentada pelo Sr. Deputado Miguel Tiago, considerando-a muito pertinente, por entenderem que a participação dos Laboratórios do Estado ou até do Conselho dos Laboratórios Associados é desejável.

Por último, referiram-se ao risco de os operadores portugueses poderem deixar de confiar numa instituição, que perde a sua neutralidade, para passar a fundação de direito privado, com os eventuais interesses que daí decorrem. Concluíram, defendendo que avaliados e avaliadores não devem estar na mesma instituição.

A documentação da audição, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

6. Projeto de Lei n.º 363/XII, do PS, que Reforça a representação das organizações de juventude no Conselho Económico e Social (5.ª Alteração à Lei n.º 108/91, de 17 de Agosto)

Na ausência do Deputado relator – Luis Fazenda-, o parecer foi apresentado pelo Sr. Deputado Pedro Filipe Soares (BE).

Intervio, de seguida, o Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP), que se referiu à importância de conhecer o enquadramento deste processo, para um debate mais informado, pelo que sugeriu o pedido de parecer à Comissão competente para as questões do Conselho Económico e Social.

Assim, foi deliberado propor à Sra. Presidente da Assembleia da República o pedido de contributo à Comissão que acompanha esta matéria, sendo que o parecer desta Comissão aguardará esse contributo e só depois será votado.

7. Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2013

Adiado.

8. **Projeto de Resolução 597/XII (PCP)** - Elaboração de Um Relatório anual sobre abandono escolar e empréstimos bancários no Ensino Superior

Adiado.

9. **Projeto de Resolução 627/XII (BE)** - Criação de um regime de exceção à Lei dos Compromissos para os Laboratórios de Estado, Laboratórios Associados e Unidades de Investigação.

O Sr. Deputado Pedro Filipe Soares (BE) apresentou o Projeto de Resolução, tendo intervindo no debate os Srs. Deputados Nilza de Sena (PSD) e Rui Jorge Santos (PS), que apresentaram as posições dos respetivos Grupos Parlamentares. A informação que resultou do debate está disponível no processo do [Projeto de Resolução n.º 627/XII \(2ª\)](#).

10. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, para audição do Director Geral da Artes, para prestar esclarecimentos sobre as razões do novo atraso na atribuição de apoios e para fazer um balanço geral sobre os procedimentos concursais inerentes à política de apoio às artes

O requerimento foi apresentado pela deputada Inês de Medeiros (PS), que o justificou com a necessidade de se fazer uma avaliação global da situação, mesmo depois de publicados os resultados, que estão anunciados para 22 de Março, salientando a importância de se fazer um inventário da mesma.

Interviu depois a Sr.ª deputada Maria da Conceição Pereira (PSD), defendendo que não parece ser o momento adequado, realçando que as datas estão a ser cumpridas e devem aguardar-se serenamente os resultados, não havendo impedimentos, nomeadamente da Lei dos Compromissos, à atuação programada.

O Sr. deputado Pedro Filipe Soares (BE) informou que acompanha o requerimento, embora a sua vontade fosse ouvir o Secretário de Estado da Cultura.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) referiu que tendo sido rejeitada anteriormente a vinda do Secretário de Estado da Cultura, por maioria de razão se opõem à vinda do Diretor Geral das Artes.

O requerimento foi rejeitado, com os votos contra dos Srs. Deputados do PSD e do CDS-PP, tendo recebido os votos a favor dos do PS e do BE e verificando-se a ausência dos do PCP e dos Verdes.

11. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

12. Data da próxima reunião

Dia 20.março.2013 - 11h00

A reunião foi encerrada às 18:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 de março 2013

O PRESIDENTE

(Ribeiro e Castro)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Ana Sofia Bettencourt
Duarte Marques
Emídio Guerreiro
Inês de Medeiros
Isilda Aguincha
José Ribeiro e Castro
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Miguel Tiago
Nilza de Sena
Odete João
Pedro Pimpão
Rui Jorge Santos
Rui Pedro Duarte
Ana Oliveira
Inês Teotónio Pereira
Jacinto Serrão
João Prata
Laurentino Dias
Maria Manuela Tender
Pedro Filipe Soares
Rosa Arezes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Paulo Cavaleiro
Pedro Delgado Alves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Enes
Heloísa Apolónia
Luís Fazenda